



Curso de Psicologia

Aline Köhler Zago

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A
PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Santa Cruz do Sul

2023

Aline Köhler Zago

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A
PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Trabalho apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade de Santa Cruz do Sul como Trabalho
de Curso.

Orientadora: Teresinha Eduardes Klafke

Santa Cruz do Sul

2023

RESUMO

A violência familiar no Brasil se tornou tão presente diariamente na vida dos indivíduos que podemos considerá-la um problema da assistência social e saúde pública. Com a normalização dessa conduta violenta, podemos mensurar os prejuízos para os membros das famílias atingidas, especialmente as crianças e os adolescentes que acabam experienciando esse comportamento e podem reproduzi-lo posteriormente. O presente trabalho buscou investigar como os profissionais dos serviços de saúde e assistência como o CRAS, CREAS e CAPSIA, manejam os casos de violência familiar com crianças e adolescentes. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa, que buscou dados em entrevistas com psicólogos e assistentes sociais dos serviços referidos. Os dados foram analisados e separados nas seguintes categorias: tipos mais comuns de violência contra crianças e/ou adolescentes, protocolo e recursos disponíveis para atendimentos dos casos de violência, impedimento nos manejo de casos de violência, foco dos atendimentos. A partir disso, foi possível concluir que o protocolo existente é o fluxo da rede, o que seria o encaminhamento para o CREAS e se necessário para demais serviços da rede.

SUMÁRIO

RESUMO	3
SUMÁRIO	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 METODOLOGIA	6
2.1 locais e participantes	6
2.2 produção de dados	6
2.3 comitê de ética em pesquisa da UNISC	8
3 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	8
3.1 contextualizando a violência	8
3.2 violência contra adolescentes e crianças	9
3.3 rede de assistência social e o manejo da violência	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS	14
4.1 tipos mais comuns de violência contra crianças e/ou adolescentes	14
4.2 protocolo e recursos disponíveis para atendimento dos casos de violência	17
4.3 impedimentos no manejo de casos de violência	21
4.4 foco dos atendimentos	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A violência familiar no Brasil se tornou tão presente diariamente na vida dos indivíduos que podemos considerá-la um problema de saúde e assistência pública. Quando em uma família são manifestados casos de violência logo podemos mensurar o quão prejudicial para os membros essa conduta agressiva pode ser, principalmente para membros mais jovens da família que presenciam esses atos durante o seu crescimento e desenvolvimento. Ainda é necessário salientar que o problema da violência está presente em todas as classes sociais, desde a que tem a maior renda e procura profissionais especializados para acompanhar os casos, até as que apresentam vulnerabilidades e dependem do serviço público para lidar com esse ciclo agressivo.

Quando falamos de políticas públicas, podemos dizer que o público alvo ou o que mais acessa esse serviço é praticamente dominado pelos grupos que estão inseridos em contexto de vulnerabilidade, isso se explica principalmente pelo fato de que esses serviços foram criados para atender esses indivíduos e possibilitar melhores condições de saúde, alimentação e assistência em geral. Alguns exemplos são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSIA). Portanto, levando em consideração que o público que acessa esse serviço é extenso, podemos concluir que os trabalhadores desses locais se deparam com muitas situações de violência familiar no seu dia a dia, tendo que lidar com a vulnerabilidade da família e ainda com os comportamentos agressivos que contribuem para a permanência da família neste serviço.

Esse trabalho busca entender como os serviços públicos de saúde e assistência, trabalham a questão da violência contra adolescentes e crianças, quando esses casos chegam a esses locais. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, ou seja descritiva, com entrevistas com profissionais dos seguintes locais: CRAS, CREAS e CAPSIA. Posteriormente foi usado a análise de conteúdo de Bardin para examinar o material obtido nessas entrevistas, onde eles foram organizados em 6 categorias de análise e serviram como norte na busca de respostas para os objetivos específicos deste estudo.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada de forma qualitativa com entrevistas semiestruturadas. Um estudo qualitativo tem caráter exploratório, ou seja, é baseado em respostas subjetivas que permitem ao pesquisador entender quais são os pensamentos, perspectivas e sentimentos dos indivíduos pesquisados em relação ao tema a ser estudado. Esse foi o método utilizado pois ele facilita o acesso a mais informações de forma detalhada, o que possibilitou maior quantidade de dados para a pesquisa, e por ser um método que valoriza a subjetividade do discurso oferece melhor material para análise. (NEVES, 1996).

2.1 locais e participantes

Esse estudo foi realizado nos seguintes locais do município de Santa Cruz do Sul: CRAS, CREAS e CAPSIA. Contou com a participação de psicólogos e assistentes sociais presentes nesses ambientes. Como critério de inclusão para as entrevistas, os profissionais devem trabalhar no serviço no mínimo a seis meses. O estudo somou dois entrevistados no CAPSIA, três entrevistas em CRAS e um no CREAS, totalizando seis entrevistas.

2.2 produção de dados

Esse estudo contou com entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma presencial nos locais citados como alvo do estudo. Todas as entrevistas foram gravadas para garantir melhor acesso ao conteúdo que os participantes revelassem ao pesquisador. Posteriormente essas entrevistas foram transcritas como forma de registrar as respostas dadas durante o encontro. A coleta de dados foi feita a partir do seguinte roteiro de perguntas:

1. Quais os tipos mais comuns de violência contra crianças e/ou adolescentes atendidas nesse serviço?
2. Existe um protocolo de atendimento para casos de violência contra crianças e/ou adolescentes nesse serviço? Se sim, como ele funciona?
3. Quais recursos esse serviço disponibiliza para manejo de casos de violência contra crianças e/ou adolescentes? (investigação, denúncias, cuidados).

4. Quando um caso de violência contra crianças e/ou adolescentes chega ao serviço, é usual contatar outros serviços da rede de assistência e saúde para entender e manejar o caso?
5. Qual problema você identifica como maior impedimento no manejo desses casos de violência dentro desse serviço?
6. Em casos de violência contra crianças e/ou adolescentes, esse serviço abrange seu atendimento para todos os familiares ou se foca mais no paciente encaminhado?

Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo de Bardin, que permite estudo detalhado dos dados expostos, assim facilitando que os objetivos dessa pesquisa sejam respondidos. A análise de conteúdo de Bardin se baseia em captar os sentidos e significações presentes nas falas dos indivíduos, ou nesse caso, no que está presente nas respostas dos pesquisados para além das palavras ditas.(BARDIN, 2016).

Essa análise se constitui em três partes, sendo a primeira a pré-análise, que se baseia em organização e leitura primária do material, que possibilita uma escolha prévia dos dados que serão analisados posteriormente, assim o pesquisador elabora objetivos e indicadores que norteiam a interpretação. Na segunda fase é realizada uma exploração maior dos dados, o pesquisador escolhe unidades de análise, baseando-se em codificações, classificações e categorizações que correspondem aos objetivos do estudo. Já a terceira fase se responsabiliza pelo tratamento dos dados, dessa forma busca-se significados que os validem. Algo que vá além do conteúdo exposto pelas palavras, será analisado o que há de implícito, e os sentidos presentes aparecem a partir da interpretação do material. (BARDIN, 2016).

A primeira fase desta pesquisa corresponde a leitura feita durante o processo de transcrição das respostas dadas, momento em que o pesquisador pôde escutar detalhadamente cada frase dita e elaborar suas interpretações a partir do que foi obtido como conteúdo total da resposta. Na segunda fase foram preparados 6 tópicos de análise que são recortes das perguntas feitas, visando capturar um apanhado de ideias sobre cada assunto e assim obter uma resolução central referente aos objetivos da pesquisa. Por último na terceira fase foram realizadas discussões pertinentes aos materiais retirados das entrevistas, eles foram lidos,

comparados, analisados e contrapostos ao que foi encontrado nas referências bibliográficas do campo, assim se pôde responder os objetivos da pesquisa, apresentar o manejo desses casos e o que perpassa esse trabalho que, às vezes o impede e outras o facilita.

2.3 comitê de ética em pesquisa da UNISC

Esse trabalho foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC (CEP), corroborando que essa pesquisa foi realizada dentro das diretrizes éticas brasileiras para estudos realizados com seres humanos. Sendo assim, o trabalho está disponível no número 65874222.30000.5343 entre os pareceres do CEP.

3 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

3.1 contextualizando a violência

Para Mill (2021) a violência é inata do ser humano. Segundo o autor, desde o início da civilização o homem precisava caçar para comer e se defender para sobreviver. Dessa forma, mesmo que seja tida como algo inato à condição humana, a violência como recurso não é mais necessária, uma vez que a realidade do ser humano é totalmente diferente da que tínhamos anteriormente. Em outras palavras, hoje temos direitos adquiridos por decretos internacionais, leis e órgãos protetores que nos possibilitam, ou deveriam, uma vida longe da exposição à violência, não existe mais motivo, razão ou justificativa para tal comportamento.

A proliferação de casos de violência, com o passar dos anos, provocou uma preocupação nos governos de países ao redor do mundo, pois se trata de uma problemática que desrespeita os direitos humanos e que aumenta em larga escala. Por isso, desde 1996 a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem como uma das pautas de debate a violência, posteriormente desenvolvendo uma resolução que declarava a violência como um problema de saúde pública mundial (MUSZKAT; MUSZKAT, 2016).

Após pensarmos em como a violência pode se manifestar é importante lembrarmos que, de qualquer forma, com qualquer indivíduo ou grau de parentesco a violência quando praticada em ambiente familiar tem consequências para além da

agressão. Ela atinge também os indivíduos que foram expostos a esse comportamento, mesmo que não fossem vítimas, e que apenas viram acontecer. Essa prática conserva um padrão naturalizado de relação, onde a família é exposta a uma versão distorcida de amor e de cuidado.

Dada a complexidade do fenômeno, consideramos que ele não se restringe a uma vítima e um agressor, mas atinge a todos os membros da família em que se manifesta. (MUSZKAT; MUSZKAT, 2016, p. 15).

3.2 violência contra adolescentes e crianças

Para dar início a contextualização deste estudo trago um pouco sobre violência, os tipos de violência que são apresentados em uma família com adolescentes e crianças, suas consequências e como esta se instalou na sociedade sendo por vezes tida como natural.

A violência familiar pode ser conceitualizada e concebida de diferentes formas: como ações ou palavras, patrimonial, sexual, psicológica entre outras agressões físicas. Acontece dentro da casa (moradia), geralmente é praticada por um indivíduo que mora junto a vítima. Todos esses exemplos mostram como a violência pode ser uma maneira de fazer com que a vítima permaneça dependente do seu agressor. Em uma relação de violência patrimonial ou financeira, por exemplo, a vítima não tem condições econômicas de sair da situação. Se pensarmos em uma criança vítima de violência dentro da família, é muito difícil que essa consiga se desvincular do seu agressor, pois, depende financeiramente da sua família para se alimentar, se vestir e estudar.(Rio Grande do Sul).

Já quando falamos em agressão psicológica, por vezes não é percebida e nem creditada pela vítima ou pelos demais por não deixar marcas físicas, mas ainda estabelece uma relação abusiva de dependência emocional. A vítima vê em seu agressor sua única possibilidade de bem estar, estabilidade financeira ou de alguma demonstração de amor, mesmo que totalmente deturpada. Dessa forma a pessoa fragilizada está sendo agredida constantemente, porém não consegue ver uma saída melhor para sua vida sem o seu algoz.

Assim, as formas de violência psicológica doméstica nem sempre são identificáveis pela vítima. Elas podem aparecer diluídas, ou seja, não serem reconhecidas como tal por estarem associadas a fenômenos emocionais frequentemente agravados por fatores tais como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise. (SILVA; *et al.* 2007 p. 97).

Antes de seguirmos, é importante pontuar que o foco deste trabalho se deu na violência familiar voltada para crianças e adolescentes. Nesse ponto, podemos pensar em algumas características da nossa sociedade, que são fatores de manutenção da normalização da violência contra esse grupo dentro das famílias, como a cultura do castigo físico sendo aplicada em crianças e adolescentes que se mostram desobedientes, ou quando não correspondem a alguma idealização da sociedade. Em muitos locais, tanto no Brasil como em outros países, é tido como “normal” agredir, humilhar ou de alguma forma castigar jovens como uma maneira de educar os mesmos para a vida adulta conforme o que é esperado como padrão de comportamento.

Desde teorías interaccionistas y el aprendizaje social, el uso de castigo corporal por parte de los padres enseña a los hijos la aceptabilidad de conductas agresivas para la resolución de problemas interpersonales (Durrant & Ensom, 2012). Por lo tanto, las personas expuestas al CF en su infancia corren riesgo de naturalizar, aceptar o justificar los mismos en su etapa adulta (Academia Americana de Pediatría, 2009; Burela, Piazza, Alvarado, Gushiken y Fiestas, 2014), extendiendo la aceptación social y cultural del fenómeno a través de las generaciones. (CAPANO-BOSCH, *et al.* 2018, p. 128)

Outro fator que podemos pensar como possível gerador do ciclo violento dentro das famílias brasileiras é a pobreza/desigualdade social. É observável a quantidade de famílias que se apresentam em situação de vulnerabilidade social atualmente, é ainda mais nítido como esse ambiente prejudica os indivíduos que nele vivem. A desigualdade social inviabiliza muitas oportunidades às famílias, assim como dificulta o acesso a serviços e locais como instituições de ensino de qualidade. Mesmo com uma rede de assistência básica ampla, sabemos que a demanda expressiva diminui a qualidade do serviço.

A violência como fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta. (MACEDO, *et al.*, 2000, s/p).

As consequências que a pobreza e a desigualdade trazem para o cotidiano das famílias impulsiona a violência dentro dessa realidade. A falta de recursos, de possibilidades e qualidade de vida mexe com aspectos físicos e psicológicos desses indivíduos. Assim, o ciclo de violência se apresenta de forma natural no Brasil, principalmente nesse cenário. Podemos analisar ainda que a estabilidade biopsicossocial das crianças e adolescentes, dependem quase que diretamente da

possibilidade dos pais, adultos, de se adaptar às condições do meio em que vivem. (LIMA; *et al*, 2008).

Sobre a associação entre pobreza e violência, concordamos que o aumento dos níveis de miséria constitui fator importante para o crescimento da violência. No entanto, partilhamos da idéia de que tal associação indiscriminada pode gerar uma criminalização da pobreza, colocando segmentos sociais inteiros como suspeitos ou na mira de permanentes julgamentos prévios. (BITTAR; NAKANO, 2011, s/p).

Ainda podemos pensar na violência contra esses jovens como uma consequência dos problemas de seus pais. Quando um adulto está passando por um momento difícil e não consegue lidar com isso, ele pode acabar descontando suas frustrações em algum membro de sua família e aqui entram as crianças e adolescentes. Podemos supor também que em algumas situações esses pais podem fazer uso de álcool ou droga, o que prejudica ainda mais o autocontrole dos adultos em relação às suas ações e as agressões que cometem quando não estão sóbrios. (MELO *et al* , 2005).

Em relação à violência na família, apesar das diversas causas que podem provocá-la, podemos dividir em dois grandes grupos os fatores de sua origem: os fatores intrafamiliares, onde estão localizados os relacionamentos familiares como um todo e o uso da autoridade dos pais em particular; e os fatores sociais, entre eles, o uso de álcool e drogas, fenômenos comuns na sociedade contemporânea. (MELO *et al*; 2005, p. 202).

Considerando o que foi exposto pode-se entender que a violência existe de diferentes formas e foi reforçada como cultura e naturalizada como condição humana por um longo período. Fatos esses que apenas trouxeram legitimidade para os ciclos violentos presentes na sociedade, e que ao invés de serem tidos como apenas mais uma problemática para a saúde mundial, deveriam ser questionados e solucionados com a ajuda de recursos e serviços que atendam o grande público e que ajudam, antes de qualquer coisa, prevenir tais casos.

3.3 rede de assistência social e o manejo da violência

No desenvolvimento das Políticas Públicas os serviços que surgiram como, CAPS, CREAS e CRAS, foram pensados para dar conta de demandas e vulnerabilidades da comunidade às quais se destinam. Esses serviços foram elaborados para funcionar como uma rede de proteção e assistência, que estende seus braços ou serviços a fim de acessar e auxiliar a maior quantidade de famílias

possível e assim, promover saúde e bem estar e administrar as demandas da população brasileira. (BRASIL, 2008).

Dentro dessa rede de proteção, o serviço destinado a manejar os casos de violência intrafamiliar é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, o CREAS. Esse espaço foi criado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi o responsável por também criar os demais serviços presentes na rede de proteção e assistência social. Esse serviço conta com uma equipe especializada e tem o propósito de intervir em casos em que os indivíduos estão em situação de risco social ou pessoal. (BRASIL, 2008).

Os CREAS, por meio dos serviços que desenvolvem, promovem ou articulam, exercem importante papel de inclusão e proteção social a indivíduos e/ou famílias que se encontram em situações de violação de direitos e de violência expressos em maus-tratos, negligência, abandono, discriminações, dentre outras, resgatando vínculos familiares e sociais rompidos, apoiando a construção e/ou reconstrução de projetos pessoais e sociais. (BRASIL. p.11.2008).

Portanto, o CREAS é o local responsável para manuseio de casos de violência intrafamiliar, por esta se caracterizar como uma situação de risco. Este serviço realiza a escutas dos indivíduos em situação de violência e de seus familiares, essa atividade é efetuada por uma equipe multiprofissional que tem o intuito de administrar a problemática da família e cessar a violência vivenciada.

Os outros serviços acompanhados por este estudo como o CAPSia e o CRAS fazem parte da mesma rede de proteção e assistência, por isso, podem colaborar junto ao CREAS no auxílio necessário para o manejo da situação de violência. Essa assessoria pode se dar em relação ao levantamento de informações sobre a família e seu acesso aos serviços públicos, ou para prestar atendimento aos indivíduos em questão de acordo com as atividades realizadas em cada local. Por exemplo, o CRAS tem seu caráter de proteção social básica e atua na prevenção de situações de risco, auxiliando a população no acesso a direitos básicos que estão ligados a qualidade de vida do indivíduo. Assim ele pode auxiliar em casos de violência fazendo a promoção de saúde e bem-estar, informando e orientando a população sobre a violência e suas várias formas. (BRASIL.CRAS, 2009). O CRAS ainda pode auxiliar o CREAS e as famílias posteriormente à ocorrência de violência, prestando um atendimento que restabeleça essa família à comunidade e assegure os seus direitos básicos.

Após conclusão do atendimento no CREAS, o beneficiário é encaminhado para acompanhamento na Proteção Social Básica do SUAS. As famílias e

indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal precisam de apoio para reintegrar-se ao local de convívio, e por isso são acompanhadas e inseridas em atividades coletivas que visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no CRAS. (BRASIL, p.11.2008).

Em relação ao CAPSia, como este é caracterizado pelo olhar psicossocial, ele desenvolve seu trabalho com as demandas psicológicas que acometem a população que o acessa. (BRASIL, 2014). Nesse sentido, o CAPSia por vezes realiza o auxilia em situações de violência fazendo o manejo do sofrimento psicológico que por ventura venha a apresentar um indivíduo vítima de violência, seja ela qual for. Além disso, como serviço integrante da rede de proteção e assistência social o CAPSia pode ser um local de denúncia de casos de violência, assim como o CRAS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

Para seguir a análise conforme o que é proposto por Bardin, esse estudo será separado em categorias, que foram extraídas a partir do questionário elaborado para as entrevistas. Além disso, serão usadas falas que foram colhidas dos profissionais que participaram da pesquisa para ajudar a ilustrar um pouco melhor a realidade por eles vivida e exemplificar o manejo dos casos de violência.

4.1 tipos mais comuns de violência contra crianças e/ou adolescentes

Os profissionais pesquisados apontaram que os tipos de violência vistas nos serviços é variada, não existe uma violência que mais aparece, isso varia de acordo com o caso, com o serviço onde a denúncia é feita e a localidade. Alguns tipos de violência que foram mais citados são a violência sexual, a negligência e a violência física e psicológica, em alguns casos ainda são identificadas mais de uma violência ocorrendo com o mesmo indivíduo ou com outros membros da família. Vale lembrar que nem todos os serviços pesquisados lidam diretamente com o caso de violência, ela pode aparecer em uma criança ou adolescente que frequenta o serviço, mas os profissionais são orientados pelas normas de funcionamento a ouvir/acolher a denúncia e encaminhar esses casos para um serviço especializado.

Então a gente não trabalha com os casos de violência em si, na recuperação ou algo assim, a gente previne eles. Aí,

quando chega um caso que a gente identifica como violência, quando a gente faz algum acolhimento, nos serviços de convivência, ou até nas próprias conversas com o pessoal ali do cadastro único. A gente então passa para os outros serviços, que seria o CREAS, que daí o CREAS cuida desse serviço, né? (Entrevistado 1)

...é mais questões de violência física que aparecem pra nós, mas o papel do CRAS quando identificado a violência é fazer o encaminhamento... (Entrevistado 3)

Violência sexual, tem bastante casos de abuso aqui no CAPSIA, e negligência né? São crianças que vem por exemplo do abrigo pra atendimento aqui, que foram retiradas das suas famílias por essa violação. (Entrevistado 5)

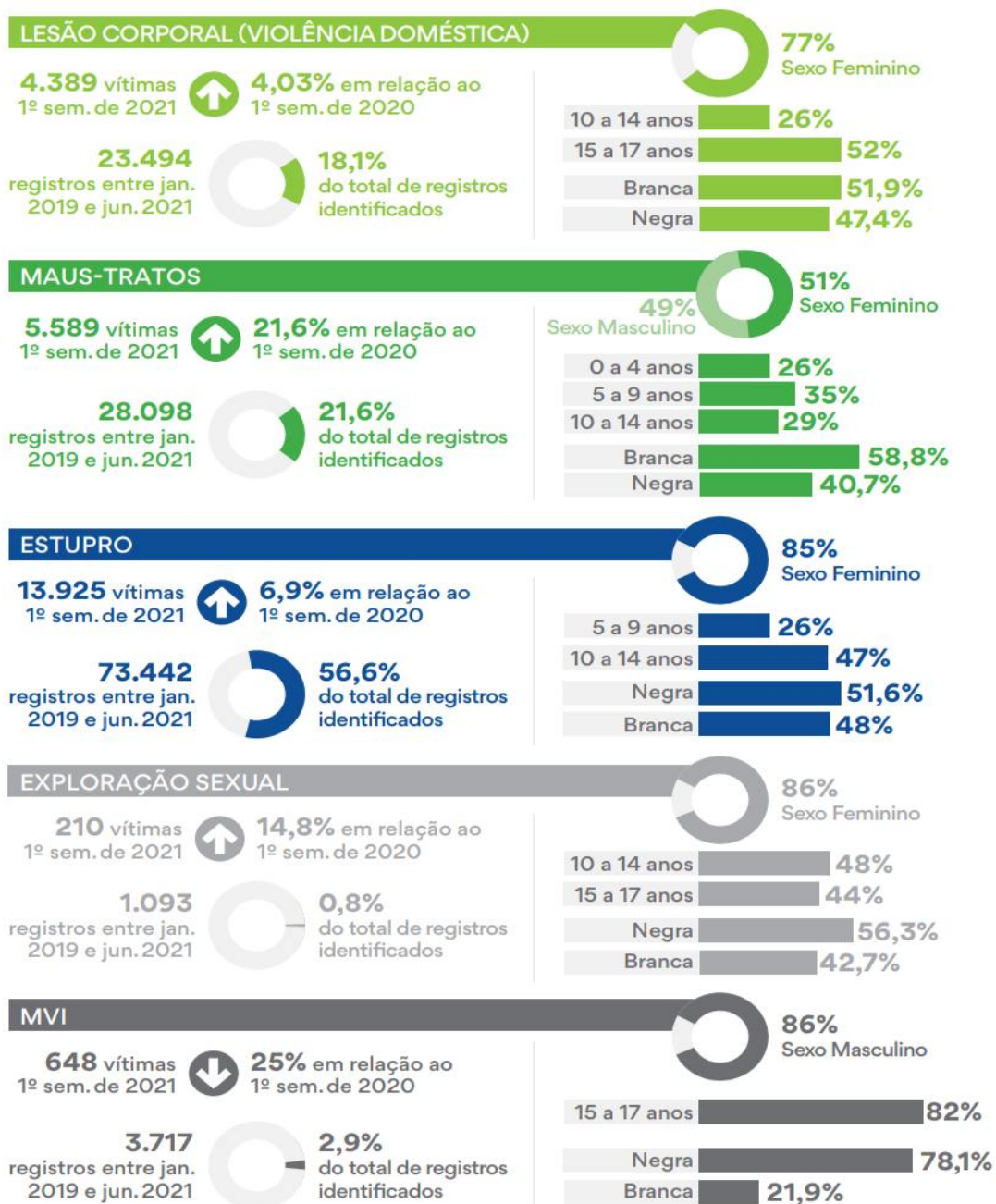
...também acontece de no decorrer dos atendimentos aparecer alguma situação de violência, ou porque a família faz algum tipo de violência, agride física ou verbalmente, ou o paciente resolve contar que foi abusado, a gente vê muito questões de abuso, de negligência e às vezes essa negligência por uma dificuldade por parte da família de poder dar aquele suporte, e acaba sendo negligente. (Entrevistado 6)

Dentro dos locais pesquisados o CREAS é o local de referência em atendimento especializado em casos de violência. Este serviço é encarregado de acolher essas denúncias, fazer uma avaliação da situação e dar início ao atendimento quando necessário. Esse atendimento se dá tanto diretamente pelos profissionais do CREAS como as visitas domiciliares, os acolhimentos no próprio serviço, quanto nos encaminhamentos para os outros serviços da rede de assistência e proteção que possam auxiliar no caso. (BRASIL; 2011).

De acordo com o resultado de uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Segurança Pública: Violência contra Crianças e Adolescentes os tipos mais comuns de violência contra adolescentes e crianças são a violência sexual, sendo seguida pela violência física. O que coincide com o que foi relatado pelos entrevistados.

FIGURA 1

Perfil das vítimas por tipo de crime



FONTE: (Fórum brasileiro de Segurança Pública: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2021, p. 5).

A partir do que foi exposto pelos entrevistados e analisando os dados da tabela acima podemos ainda verificar que dentre os casos de violência em geral, dentro e fora de suas casas verificamos que a violência doméstica, ou seja a violência realizada pela família, é uma das que mais ocorre no Brasil. Dessa forma se justifica a necessidade de esforços no controle e extermínio desse

comportamento tão normalizado dentro das famílias brasileiras. Assim como a importância de serviços especializados em manejar esses casos que realizam um trabalho eficaz na interrupção da violência instaurada.

4.2 protocolo e recursos disponíveis para atendimento dos casos de violência

Segundo os entrevistados não existe um protocolo por escrito para o manejo específico de casos de violência, o que acontece é que os serviços da assistência básica como, o CRAS, recebem essas denúncias e encaminham as famílias para o serviço de referência nesses atendimentos que é o CREAS. Dessa forma, o que ocorre é que em serviços como o CRAS que atende famílias que necessitam de assistência, recebe denúncias, tanto das crianças/adolescentes que expõe a violência sofrida, como de outros locais que detectam esses comportamentos, como a escola. A partir disso, os profissionais fazem o acolhimento e a escuta desses jovens e partem para o encaminhamento ao serviço especializado. Esse encaminhamento pode ser para o CREAS e/ou para o Conselho Tutelar, dependendo da situação o Ministério Público, assim como outros órgãos de segurança que também são acionados pelos profissionais.

A gente não tem esse protocolo, mas tem o fluxo para encaminhar. A gente respeita o fluxo da rede, né? A gente sempre, quando houver uma acolhida num atendimento, alguma denúncia, a gente faz os encaminhamentos para rede, mas não tem um protocolo certo. Assim, a gente faz a escuta e encaminha. (Entrevistado 1)

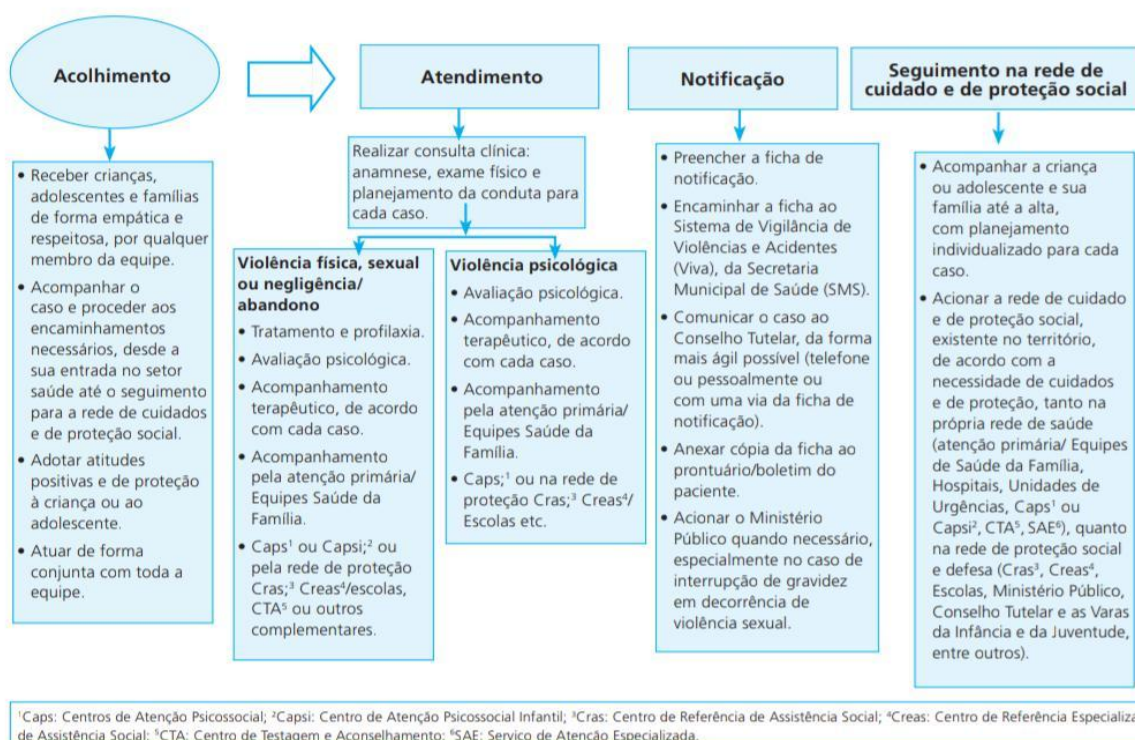
Não tem nenhum protocolo, os casos que a gente atende geralmente a gente encaminha para o conselho tutelar, né? Você tem o Conselho (Tutelar), que vê se tem uma situação de violência instituída daí já encaminha pro CREAS também, né? A gente orienta a pessoa que isso vai ser feito, que vai ser encaminhada para uma equipe especializada que vai prestar atendimentos. (Entrevistado 3)

O Ministério da Saúde (2010) elaborou uma cartilha para profissionais da saúde, auxiliando no passo a passo do manejo de famílias em situação de violência.

Podemos notar que o atendimento deve ser feito de forma integral, multiprofissional e ligando vários serviços da rede de assistência e saúde que possam cooperar com o gerenciamento dos casos de violência intrafamiliar. Assim, concluindo que mesmo que não exista um protocolo de atendimento os profissionais dos serviços pesquisados estão em acordo com as diretrizes que o Governo Federal delimitou para o funcionamento da rede de assistência em situações onde são detectados indicadores de violência infantil.

FIGURA 2

Diagrama 1 – Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências



FONTE: (Ministério da Saúde, 2010, p.51)

Segundo os entrevistados, o recurso disponibilizado pelos serviços em sua maioria é acionar outros serviços que de alguma forma possam ajudar nesse manejo. Eles relatam que isso funciona como um protocolo nesses casos, é necessário fazer essa articulação. Essa interlocução entre os serviços acontece tanto de um lado quanto do outro, ou seja, pode vir de um serviço que aciona o CREAS, que é o local responsável por lidar com as situações de violência, ou o próprio CREAS que aciona os outros serviços da rede, como o CRAS que disponibiliza os centros de convivência para auxiliar em casos onde a família ou o local onde a criança mora oferece risco.

Sim, é bem comum a gente fazer então esse encaminhamento para os outros serviços, né? Principalmente pro CREAS, né? Que é o lugar que cuida, né? O serviço que cuida dessas questões com crianças e adolescentes. A gente, como eu já te disse, a gente faz questão ali da prevenção. Então, quando a gente percebe um caso de violência, a gente faz um acolhimento, a gente faz a escuta. E aí a gente manda para CREAS para que essa investigação, esses cuidados sejam feitos lá (Entrevistado 1)

Assim, recursos na questão de violência, não, né? Existe serviços dentro do CRAS, que quando tem alguma criança, né, em situação de violência, o CREAS até né, ou qualquer outro serviço da rede pode encaminhar tá, o próprio Conselho Tutelar nos encaminha bastante, né? Crianças para a inclusão no serviço de convivência, né? Que é um local onde a criança vai ser trabalhada, questões socioeducativas e é um espaço de proteção que elas ficam no contra turno no caso.(Entrevistado 2)

Era bem no sentido que eu estava falando, né? Assim, essa articulação é bem comum, porque o serviço sozinho, ele não consegue dar conta de fazer esse atendimento, justamente porque o objetivo dele é diferente, né?. A gente está nesse serviço, essa assistência social, ele não é um serviço de saúde mental. Ele não é um serviço de saúde. Então, é extremamente necessário, sim, que a gente faça essas articulações, essas interlocuções com os outros serviços. E se a gente ficar só aqui no CREAS a gente não consegue dar conta e fazer os encaminhamentos necessários, né? (Entrevistado 6)

Podemos exemplificar de tal forma: Uma denúncia chega até o CRAS, que escuta e acolhe aquele indivíduo e aquela demanda, aí os profissionais encaminham para o serviço de referência que é o CREAS. No CREAS é feita a avaliação do caso, conversa-se com a família, com a criança/adolescente e a partir

disso começa o atendimento dessa demanda. Então o CREAS pode acionar outros locais que auxiliam no manejo desse caso, se for algo benéfico para a família, como, encaminhar um membro da família que é dependente químico para o CAPS AD, que além de fazer esse tratamento também colhe outras informações sobre o caso.

Assim, podemos concluir de acordo com o que os entrevistados falaram, que o CRAS, por estar na assistência social básica tem o trabalho de receber ou identificar os casos de violência que chegam ao local, e o protocolo geral da rede aponta que esses casos devem ser encaminhados para o CREAS por ser um serviço especializado nessas situações. O mesmo vale para o CAPSia, se durante atendimento perceber uma violência instaurada na família, os trabalhadores devem encaminhar para o CREAS.

Portanto, não existe um protocolo de atendimento para cada serviço da rede, apenas um protocolo geral que indica que os casos de violência devem ser atendidos pelo CREAS. Para os outros locais, resta apenas encaminhar esses casos, ou posteriormente, auxiliar no que for preciso se o CREAS entender assim. Por isso tamanha importância da articulação entre os locais e a possibilidade de atendimento multiprofissional, pois permite o atendimento a vários membros de uma mesma família como um esforço em conjunto para interromper o comportamento violento.

O contexto da violência contra adolescentes exige atuação de uma equipe interdisciplinar. A organização do serviço estudado denota a posição de liderança no trabalho em rede do serviço social, estabelecendo um elo entre a assistência à saúde do adolescente vítima de violência e demais instâncias de proteção a esse grupo vulnerável. De acordo com os depoimentos, o serviço social é a ponte para a resolutividade dos casos de violência. (GONÇALVES, *et al*, p.979, 2015).

É nítido o quanto o fato de existir um trabalho em rede auxilia e facilita o trabalho dos profissionais, os entrevistados apontam que mesmo não existindo um protocolo por escrito eles sabem que é necessário encaminhar os casos para o serviço de referência, o CREAS. Assim como os trabalhadores do CREAS sabem que enquanto rede eles tem várias maneiras de manejar o caso, abranger o atendimento e alcançar outros membros da família que também necessitam de ajuda, essa forma de funcionamento se torna uma união em prol da segurança e amparo dessas famílias.

4.3 impedimentos no manejo de casos de violência

Dentro desse tópico existe uma variante apontada pelos próprios entrevistados que são as dificuldades dentro do serviço e as dificuldades em relação ao funcionamento em rede. Podemos pensar que o funcionamento em rede é algo que se dá externamente ao serviço, mas como já comentado anteriormente ela é um atravessamento direto no que diz respeito ao modo como cada local se organiza para efetuar o seu trabalho. Os locais dependem das diretrizes de funcionamento para se organizar de modo que um serviço não exerce uma ação se essa não corresponde ao trabalho que deve ser desenvolvida por determinado local, ao mesmo tempo que toda a rede se abastece e fortalece a partir do que se é feito por cada serviço e só assim ela consegue gerir os casos apresentados.

Dessa forma as dificuldades particulares de cada local atingem e criam entraves no desempenho da rede no geral. Os entrevistados apontam que existe uma escassez de recursos humanos para desempenhar o que o serviço já se propõe a realizar. Se acrescentarmos ainda todas as denúncias de violência e demais demandas, os trabalhadores ficam impossibilitados de executar suas atividades de forma ideal. Assim, podemos inferir que a demanda exacerbada não está de acordo com a disponibilidade de trabalhadores e serviços disponíveis no município.

...mas pensando de forma ampla de todos os recursos e acolhimentos que a gente faz é a questão de recursos humanos que a gente tá bem defasado. Se a gente encaminhar para o CREAS, o CREAS não tem recursos humanos, e isso dificulta o trabalho, e dificulta ações preventivas né? Campanhas contra a violência sexual. Essa é a nossa dificuldade porque a gente não tem pessoal para dar conta do serviço. (Entrevistado 2)

A gente tem dificuldade como um todo, o serviço como um todo, assim né? E o CREAS tem muitos casos, tem até fila de espera, né? Às vezes a gente tem a preocupação [sobre

encaminhar casos para o CREAS] que o atendimento não seja rápido o bastante. (Entrevistado 4)

Uma coisa que eu acho complicado aqui em Santa Cruz é que o serviço que trabalha com isso [violência contra crianças e adolescentes] tem poucos profissionais, que é o CREAS. E eles não estão conseguindo, pelo que a gente percebe, atender toda essa demanda. E como a gente tem que respeitar, né? Esse fluxo da rede, a gente fica com muitas famílias aguardando atendimento, às vezes um ano, né? Tão lá esperando, né? E a violência tá acontecendo. E aí a gente liga, “A família já foi acompanhada aí? E o CREAS diz não, a gente não tem técnico para atender essa família”. Aí fica na lista de espera, digamos assim, né, apesar que eles sempre dão preferência, segundo lá os coordenadores, pra quando se trata de criança, né? Porque lá eles atendem todos os tipos de violência, contra a mulher, contra o idoso então quando é criança, eles dão uma prioridade, mas mesmo assim a gente nota que Santa Cruz tinha que ter mais serviços, mais um CREAS, porque a violência é instaurada, já tem muitos casos aqui. E mais CRAS também, porque só nós atendemos em média 5000 famílias que estão cadastradas aqui e a gente é só duas assistentes sociais 30 horas, e um psicólogo 20. (Entrevistado 1)

Segundo o caderno de implementação do CREAS (BRASIL; 2011, p.53-69) que enumera a quantidade de serviços que uma cidade deve ter em relação a sua população, podemos dizer que o município de Santa Cruz do Sul - que conta com cerca de 132.271 pessoas (IBGE 2010)- obedece o que se tem como conduta para o tamanho da sua população. Contudo, o município que tem a quantidade de CREAS condizente com o que está prescrito nas diretrizes de implementação do serviço, não deveria estar tão afogado em suas demandas como os entrevistados, de forma unânime, apontam em seus relatos. aqui quadro comparativo.

Quadro com parâmetros de referência para a implantação do CREAS

Porte do Município	Número de Habitantes	Parâmetros de referência
Pequeno porte I	Até 20.000	Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou implantação de 01 CREAS, quando a demanda local justificar
Porte pequeno II	De 20.001 a 50.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS
Médio porte	De 50.001 a 100.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS
Grande porte, Metrôpoles e DF	A partir de 100. 001	Implantação de 01 CRAS a cada 200.000 habitantes

Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Podemos entender com isso que talvez esses números registrados nas diretrizes do CREAS não correspondam com a realidade e o volume de demanda na população do município, e talvez na população brasileira como um todo. Dessa forma, entende-se que talvez tenhamos subestimado o crescimento do fenômeno da violência. Mesmo que o serviço esteja dentro das normas, elas foram elaboradas com o intuito de fornecer uma atuação que diminuísse os números de violência nas famílias. Porém, os casos hoje são tantos que o CREAS, em uma tentativa de aliviar os trabalhadores, desenvolveu uma lista de espera.

As manifestações de violência doméstica, dentre elas o abuso sexual de crianças e adolescentes, incesto, estupro conjugal, espancamento, abuso de idosos, nos forçam a sair desse contexto mais amplo, produtor de indiferença, e a rever as idealizações construídas em torno da família e da casa como lugar seguro. Esse é o segundo mito que precisamos confrontar. Nossa dificuldade em entender que a família é, simultaneamente, nó e ninho tem um produto funesto: o silêncio e o segredo que envolvem os episódios de violência (DINIZ, PONDAAG, apud DINIZ, ANGELIM, 2003).

Ainda existe outra questão que só comprova o quanto a situação da violência contra jovens é muito mais profunda e complexa do que conseguimos compreender. A dificuldade que dispomos de controlar um ambiente familiar que já está violento, podem ser ofertados diversos serviços, tratamento para drogadição, tratamentos

psicológicos e mesmo depois de todos esses esforços a violência não cessa. Ela está intrinsecamente enraizada na cultura e no comportamento das famílias e da sociedade brasileira, está além do que o CRAS, CREAS e CAPS podem oferecer.

Assim, aquilo que eu comentava também, que são situações que não se resolvem, mas eu acho que isso é comum dentro da psicologia, né? Existem situações que a gente não vai conseguir resolver. Então, são casos, por exemplo, tem casos que eu agora tô conhecendo. Tô pegando a pasta, tem casos ali que eles vêm de 2011, 2012. Então, ah, bom, acontecia com um filho. Chegou à denúncia no Conselho Tutelar com relação a um dos filhos e essa situação foi resolvida, mas daí o tempo foi passando, né? Bom, a pessoa teve outros filhos e isso foi se repetindo [A violência]. (Entrevistado 4)

4.4 foco dos atendimentos

De acordo com os entrevistados, todos apontam que é uma prática usual dos serviços abranger os seus cuidados para outros membros da família. Dentro do que foi exposto temos alguns serviços como o CRAS e o CREAS que já trabalham dessa maneira, expandindo o seu olhar para todos os membros de uma família por entenderem que, uma situação de vulnerabilidade atinge a todos os membros que convivem no mesmo ambiente familiar, abraçando assim as diversas situações que podem necessitar do auxílio do serviço, e de outros. Em relação ao CREAS, como serviço especializado e principal responsável por manejar os casos de violência, este investe esforços em todos os membros que de alguma forma podem estar presenciando ou sofrendo violência, entendendo ela como algo estrutural da organização familiar em que está diante.

...as orientações são que se atenda a família, né? O CRAS tem por base, o CREAS também. Enfim, o atendimento familiar, né? A gente não atende a criança em si, né? Porque tem por trás todo o fenômeno da violência, tem o contexto familiar, né? Então, assim a gente atende toda a família. (Entrevistado 2)

O CAPSia oferece tratamento psicológico para as vítimas de violência que precisam desse auxílio, e assim como os outros serviços os trabalhadores entendem que é necessário que se faça algo para além do indivíduo vitimizado. Pensando nisso, o serviço oferece grupos terapêuticos para mães e pais que convivem com a violência intrafamiliar, a fim de promover conversas com outros indivíduos que estão na mesma situação, e juntos abordar como isso afeta o convívio familiar. Contudo, segundo relato de entrevistados, esses cuidadores costumam não aceitar participar desses encontros.

O que a gente oferece para as famílias são os grupos, tanto para familiares de usuários, e outro horário de grupo para outras mães com outras situações, né? Que a gente identifica que seria importante vir para trabalhar, o manejo, dividir com outras mães, enfim. Mas não tem adesão, não tem, é incrível, então a gente faz assim, quando tem os atendimentos individuais com os seus pacientes, vai avaliando e vai chamando os familiares para atendimentos individuais com a gente. Não tem como trabalhar com crianças e adolescentes sem trabalhar com a família. E o grupo não tem adesão, aí a gente faz assim. (Entrevistado 6)

Alguns sequer sabem que os seus comportamentos são tidos como violentos, não entendem que mesmo que seja naturalizado, essas atitudes são erradas, criminosas e prejudiciais às vítimas.

Olha, eu acho que o mais difícil assim é as famílias se conscientizar que, do que que é uma violência, né? Porque muitos assim não aceita, eles falam “mas meus pais faziam isso comigo” quando a gente faz uns grupos preventivos, que é o que a gente trabalha com prevenção, explicando os tipos de violência a gente consegue trabalhar bastante essas questões, mas muitos não aceitam que às vezes aquele comportamento é uma violência, né? (Entrevistado 1)

Muitas situações de violência intrafamiliar não são percebidas como violência, mas principalmente como uma medida educativa, em outras palavras, em nossa cultura, apanhar dos pais faz parte da educação parental, do cotidiano familiar. Entretanto, consideramos que a violência para disciplinar os filhos envolve, entre outros aspectos, a dificuldade de condenar a punição física como violência, qualquer que seja a sua forma e intensidade, bem como os efeitos deletérios de um círculo vicioso no qual a criança aprende precocemente que é normal e até desejável apanhar dos pais, pois estão batendo para o seu bem. (CARINHANHA e PENNA, 2012, p.71)

A partir do que foi exposto é nítido que os serviços se preocupam em ramificar seus cuidados para todos os membros das famílias, e estendem também seu olhar à violência como um todo e como ela é gerada e perpetuada dentro desses lares, que é o que se tem como diretriz para a rede de assistência em casos de violência. É esperado que os serviços sejam articulados para buscar um melhor funcionamento e acionados por outros serviços da rede quando necessário. O fluxo de rede é a busca por um serviço especializado de acordo com a demanda que se apresenta, assim possibilitando que todos os indivíduos de uma mesma família e suas demandas particulares sejam vistas e encaminhadas para tratamento, oportunizando uma melhora geral do grupo familiar. (BRASIL; 2011, p.53-69).

Porém, esses casos de violência tem raízes mais profundas, são comportamentos naturalizados e multigeracionais, muitas vezes os pais que estão sendo acusados de praticar alguma violência também são ou foram vítimas no passado em suas famílias originais, é uma situação que vai além do entendimento e talvez até além do trabalho que esses serviços podem ofertar. Vale ressaltar ainda que é necessário que o indivíduo agente da violência esteja disposto a modificar o seu comportamento e substituir esse funcionamento para algo mais saudável, tanto para ele próprio quanto para a criança e/ou adolescente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que foi exposto pelos entrevistados é notável que existem problemas no manejo de casos de violência dentro da rede de assistência social do município, gostaria de deixar claro que isso não se deve aos trabalhadores, pois os mesmos fazem o que está ao seu alcance para interferir nos casos. O que resta é pensar que talvez essas ocorrências pudessem ser manejadas com mais rapidez e eficiência se os serviços fossem melhores equipados, tanto estruturalmente quanto em relação ao quadro de funcionários disponíveis.

O que podemos concluir em relação ao manejo de casos de violência no município de Santa Cruz do Sul é que os serviços de assistência exercem seu trabalho com o que lhes é fornecido, com os recursos que tem. Mesmo os entrevistados sabem que talvez não seja o ideal, mas o ideal não é possível em casos tão delicados como a violência contra crianças e adolescentes praticada pela família.

Falar sobre o protocolo, não ser escrito mas existir o fluxo, sobre o afogamento do creas, sobre a facilidade de estender o atendimento para outros membros da família por se tratar de uma rede

Questionar a eficácia dessa rede contando com um serviço que não está funcionando direito, a importância de levar para os indivíduos o que é violência e como não reproduzir, necessário mas difícil

Trazer sobre a violência estar enraizada na sociedade e como virou cultural em alguns aspectos a punição como forma de educação

REFERÊNCIAS

BARDIN; L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70. ed.1,2016.

BITTAR; D.B, NAKANO; A.M.S. **violência intrafamiliar**: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. Texto Contexto Enfermagem p. 17-24, Florianópolis, Brasil. 2011. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/tce/a/5V7jghV4wwcgV5ZMwfnxkPx/?format=pdf&lang=pt>>
 Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Revista CREAS : Centro de Referência Especializado de Assistência Social. V 2, n. 1, 2008. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2008. Disponível em:
 chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/RevistaCreas.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

BRASIL. Orientações Técnicas Centro de Referencias de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009. Disponível em:<
 chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf> Acesso em: 12 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:
 <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf> Acesso em: 19 de setembro de 2023.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**, Ed. Brasil LTDA, p 53-69, 2011. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>
 Acesso em: 09 de maio de 2023.

CAPANO-BOSCH, A, *et al*. Del castigo físico a la parentalidad positiva : revisión de programas de apoyo parental [en línea]. **Revista de Psicología**. Vol. 14, n. 27, p. 128. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/6088>
 Acesso em: 12 de setembro de 2022.

DINIZ, G.R.S; ANGELIM, P.F. Violência doméstica - Por que é tão difícil lidar com ela?. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 2, n. 1. P. 22, 2003. Disponível em:
 file:///C:/Users/User/Downloads/14-Texto%20do%20artigo-28-1-10-20220329.pdf
 Acesso em: 21 de maio de 2023.

GONÇALVES, C,F,G; *et al.* Atuação Em Rede No Atendimento Ao Adolescente Vítima De Violência: Desafios E Possibilidades, Texto contexto enfermagem, Florianópolis, p.979, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/KkJyFdT7kNQfVL3sLChbFpC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 09 de maio de 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Densidade Demográfica De Santa Cruz Do Sul 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>> Acesso em: 21 de maio de 2023.

LIMA, C. M; *et al.* pobreza e violência: desafios para os profissionais de saúde. Rev APS, v 11, n 3. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14268/7718>> Acesso em: 28 de novembro de 2022.

MACEDO, A C, *et al.* violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. Salvador, Brasil. 2000. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/rsp/v35n6/7063.pdf>> Acesso em: 28 de novembro de 2022.

MELO, Z M, *et al.* família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. Psicologia em estudo. v 10, n. 2. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/zzZnHK53MMVkzcNMLzrfyMq/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 de novembro de 2022.

MILL, J. S. **A Sujeição das Mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=KUBIEAAAQBAJ&dq=A+violencia+%C3%A9+inapta+do+ser+humano&lr=&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s Acesso em: 12 de setembro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha de Cuidado para a Atenção Integral a Saúde de Crianças, Adolescentes e Suas Famílias em Situação de Violência: Orientação para Gestores e Profissionais da Saúde. Brasil, p. 49-51, 2010. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf Acesso em: 09 de maio de 2023.

MUSZKAT, M.; MUSZKAT, S. **Violência Familiar**. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=KS1dDwAAQBAJ&dq=violencia+familiar&lr=&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s Acesso em: 12 de setembro de 2022.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia Familiar**: conceito e métodos. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <https://portalvirtual.unisc.br/moodle/pluginfile.php/394185/mod_resource/content/1/Conceitos%20Fundamentais.pdf?redirect=1> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

SANT'ANNA, T. C. **Violência Conjugal na Perspectiva Sistêmica e de Gênero**. 2013. 141 f. Mestrado em Psicologia. Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1806> . Acesso em: 12 de setembro de 2022.

SANTOS, L. V. COSTA, L F. Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 59-72, jun. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687200400010005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 de setembro de 2022.

SILVA, L.L, *et al.* **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** v.11, n.21. p. 97, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 de novembro de 2022.

RIO GRANDE do SUL. **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Disponível em : < <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/cevid-tjrs/>> Acesso em: 22 de novembro de 2022.

DINIZ, G.R.S; ANGELIM, P.F. Violência doméstica - Por que é tão difícil lidar com ela?. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 2, n. 1. P. 22, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/14-Texto%20do%20artigo-28-1-10-20220329.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2023.

CARINHANHA J.I, PENNA L.H.G. Violência Vivenciada Pelas Adolescentes Acolhidas Em Instituição De Abrigamento. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 71, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/w4gDG5htVmtMNRdZXzLGSKR/?lang=pt>> Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf> Acesso em: 19 de setembro de 2023.